

HELENA CHAGAS



de Brasília

No arraial de FH

• Deputado nordestino falta até ao aniversário da mãe, mas não perde festa de São João com eleitor. Ainda mais em ano de eleição. Por aí já se percebe a dificuldade do Governo para votar amanhã o projeto que dá gratificação aos professores universitários. É verdade que o movimento começa a enfraquecer aqui e ali e pode até arrefecer com um aumento geral do funcionalismo. Mas o Planalto tem muita pressa de acabar com a greve.

Depois de 86 dias, percebe sinais de desgaste político à vista. Aliados do presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso temem o efeito da irritação de 400 mil estudantes que, solidários ou não com seus professores, estão tendo que adiar férias, às vezes a formatura e até algum contrato para entrar no mercado de trabalho nesses tempos difíceis de desemprego. O professor FH sabe que esse pessoal — além de seus parentes e amigos — vota em outubro.

Pesquisas qualitativas vêm sendo feitas para aferir que tipo de prejuízo a greve pode produzir na imagem do Governo e, conseqüentemente, de seu candidato. Até agora, o presidente vem conseguindo se manter mais ou menos afastado do assunto e a conta do desgaste vem recaindo sobre o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Mas, a partir desse momento, todo cuidado é pouco.

— Se um professor desses que está em greve de fome morre ou se a greve fica se arrastando, será um desastre. É ruim para todo mundo — diz o pefelista José Jorge (PFL-PE), relator do projeto das gratificações.

Devoto de São João e festeiro de primeira hora, José Jorge acha que o projeto tem que ser votado o quanto antes. Ele mesmo já resolveu seu problema. Vai ficar em Brasília e será o anfitrião de uma festa junina no cerrado da capital.

Para os governistas, porém, mais complicado do que obter quorum num 24 de junho na Câmara para votar o projeto, vai ser manter a paz em seu próprio arraial.

A briga do Governo com os professores, que já é coisa séria, foi atravessada por mais um confronto, dessa vez entre os líderes aliados e o ministro Paulo Renato. Os líderes, e entre eles o pefelista Inocêncio Oliveira, passaram o fim de semana irritados com a forma de o Ministério da Educação conduzir a negociação do projeto com o Congresso.

Incumbidos da missão de aprovar a matéria em tempo recorde, os deputados não gostaram da resistência de Paulo Renato a autorizar um entendimento com a oposição que incluía o compromisso do Governo de mandar mais duas propostas ao Congresso estendendo a gratificação aos servidores das universidades e aos professores de Primeiro e Segundo Graus.

Houve um momento, sexta-feira, em que Inocêncio, autor da proposta, chegou a dizer, entre algumas palavras impublicáveis, que não votaria mais coisa alguma. A questão está

longe de ser resolvida, já que o MEC insiste em só conversar sobre os novos projetos depois de aprovado o projeto em tramitação prevendo a gratificação para os professores universitários. Só que a oposição condiciona seu apoio à proposta ao procedimento inverso: quer ver para crer e só vota quando os dois projetos estiverem no Congresso.

O problema é que o projeto só será aprovado amanhã com a concordância dos líderes oposicionistas. Pois, se São João não dá número, a votação tem que ser simbólica e todos os líderes precisam dançar a quadrilha juntos, ou seja, têm que aceitar votar a matéria simbolicamente e não pedir verificação de quorum.

O líder do PT, Marcelo Déda, fez um primeiro gesto de boa vontade na semana passada ao concordar com a urgência para votação do projeto. Mesmo pressionado pelos professores, inconformados com a exclusão dos servidores e dos colegas de Primeiro e Segundo Graus no direito à gratificação por produtividade. Ontem, porém, Déda avisava que nem São João, nem Santo Antônio nem santo algum o obrigará a votar sem o atendimento dessas reivindicações.

Com a resistência do MEC e a insistência dos líderes, a negociação para solucionar a greve dos professores passou ao centro de uma queda-de-braço que pouco tem a ver com os professores.

Não é de hoje que os parlamentares da base governista elegeram o ministro da Educação como alvo. O PFL, que já foi o dono da pasta, tem lá suas razões e gosta de alfinetar Paulo Renato. A greve das universidades foi, nesse sentido, um prato cheio. Mas nem o PSDB, partido de Paulo Renato, tem levantado a voz para defendê-lo das críticas de pefelistas e professores. Queixam-se os tucanos de que não vinham sendo bem atendidos no MEC. E lavam as mãos.

A primeira consequência política da greve foi que, em menos de três meses, um ministro que chegou a ser citado como candidato ao Governo paulista ou até à Presidência em 2002 deixou de ser o preferido da Esplanada. E outros desdobramentos virão.

Formalizada a candidatura FH, a lente da eleição passa a permear todas as visões, quer queira ou não. Assim será com o desfecho da greve dos professores, com o aumento dos servidores e com o que mais vier do Planalto. E o São João deste ano não vai ser só de canjica e milho assado.